

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

ANNA PAULA DE MORAES BENNECH

**O SURGIMENTO DE NOVOS PARTIDOS E O CASO DO
PSD**

Porto Alegre

2013

ANNA PAULA DE MORAES BENNECH

O SURGIMENTO DE NOVOS PARTIDOS E O CASO DO PSD

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvana Krause

Porto Alegre

2013

ANNA PAULA DE MORAES BENNECH

O SURGIMENTO DE NOVOS PARTIDOS E O CASO DO PSD

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovado em: Porto Alegre, 06 de dezembro de 2013.

Prof^a. Dr^a. Silvana Krause — orientadora
UFRGS

Prof^a. Dr^a. Maria Izabel Saraiva Noll
UFRGS

Prof. Dr. Cesar Marcelo Baquero Jacome
UFRGS

Ao meu querido professor Cédio Santos,
por ter me ensinado a estudar,
fazer anotações nas bordas dos textos
e ser apaixonado pelo que se faz.

AGRADECIMENTOS

Este é um dos momentos mais especiais da minha vida. Com toda a certeza, o início de uma vida acadêmica e exatamente por isso tão marcante. Ao mesmo tempo em que é fim, é começo. Sempre ouvi dizer que a vida é feita de etapas, processos: pelo visto é assim mesmo. Por isso, peço compreensão pelo (pequeno) alongar desses agradecimentos.

Como não poderia deixar de ser, começo por agradecer a oportunidade de ter estudado em uma das melhores — e atual — universidades do país. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul é referência em ensino e qualidade, devemos ter orgulho de uma universidade pública que é reconhecida internacionalmente. Porém, isso não exclui o fato de que o Brasil peca nos investimentos dedicados à educação, principalmente o nível básico, afetando as chances de milhares de cidadãos terem acesso ao mesmo conhecimento de qualidade ao qual eu tive. Deixo registrado aqui meu orgulho e meu protesto.

Nesse momento, é imprescindível agradecer a minha orientadora Silvana Krause por estar comigo nessa caminhada desde 2011. Agradeço à senhora por ser esse exemplo de profissional dedicada à pesquisa e à formação de seus alunos. Muito agradecida por todas as conversas, revisões, por dedicar-se à orientação.

Dito isso, agradeço aos meus pais. Escolher colocar uma criança no mundo, optar por ser responsável por uma vida e abrir as portas de uma relação de amor incondicional (com tudo que isso implica) é entrega, despojamento, amor. Agradeço a vocês pela vida, dedicação e humanidade. Não estaria aqui, não seria quem sou se não fosse por vocês. O pai sempre cita que não importa o que fizeram de nós, mas sim o que nós fazemos com o que fizeram de nós: minha eterna gratidão pela oportunidade de escolher a partir do que vocês me ensinaram.

Não é possível falar de amor sem falar de ti, minha irmã: meu referencial de lealdade, minha amiga, meu lar. Flávia, o que eu sei, no fundinho do meu coração, é que tu és parte de mim independente do que aconteça. Agradeço por ter me acolhido na tua família e permitido que aquele espaço e aquela gente também fossem meus amores, meu lar. Tu és uma das melhores partes de mim, escolhi a irmã mais legal do mundo.

Andréa e Marília: agradeço do fundo da alma por ter escolhido vocês e ter sido escolhida. Esse laço é de amor, profundo, sincero e dramático (como não poderia deixar de ser). Amanda: pela pureza, incondicionalidade e verdade, te amo muito.

Migs, te estendo a mão e pergunto depois, dou colo e sermão (a recíproca é verdadeira), faço café. Entrega sem cobrança. Eu te castelo amo.

Bezi, Bezi, Bezi. Olhar no fundo do teu olho é a certeza de um encontro de almas. Nos enxergamos de uma maneira rara e, mesmo quando não entendemos direito, o amor faz compreender. Nossa amizade é isso, nosso amor é isso.

Bruno: esse trabalho não teria acontecido se não fosse por ti. É sério. Revisões, formatações e madrugadas aguentando minhas flutuações de humor (lembrando a diferença de fuso): isso viabilizou o trabalho. Meu profundo e sincero agradecimento por tu fazeres parte da minha vida.

Betinho, Brasília nunca esteve tão perto. Adoro as boas surpresas da vida, mesmo que eu tenha que atravessar meio mundo para encontrá-las. Agradeço por toda compreensão, dedicação (revisões), amor e leveza. É muito amor, é sempre amor.

Bruna, todo o sushi do mundo não é suficiente para agradecer tua presença na minha vida. Parceria, respeito e nada de julgamentos: isso é o nosso amor, amiga.

Indira, a construção da nossa caminhada acadêmica coincidiu com a nossa amizade. Agradeço pelo companheirismo, força, risadas. Muito drama e muito amor.

Mmuchu amores: vocês marcaram minha vida para sempre. Com vocês eu aprendi um tipo de amor e entrega completamente diferente. Agradeço do fundo do coração por serem meu referencial de esperança. Amo muito vocês.

Por fim, agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha caminhada. Não fosse pela dedicação e entrega de vocês, muito do que eu sou hoje não teria tanto amor e tanto brilho. Educar é amar, é acreditar no ser humano acima de tudo. Minha gratidão eterna por ter tido mestres como vocês.

Como diria Weber sobre a ciência como vocação, é preciso trabalho e paixão para haver inspiração. Acredito que o conhecimento é construído coletivamente e só faz sentido quando em perspectiva e a serviço das relações humanas.

“Would you tell me, please, which way I ought to go from here?”
“That depends a good deal on where you want to get to,” said the Cat.
“I don’t much care where--” said Alice.
“Then it doesn’t matter which way you go,” said the Cat.
“--so long as I get SOMEWHERE,” Alice added as an explanation.
“Oh, you’re sure to do that,” said the Cat, “if you only walk long enough.”

Lewis Carroll

RESUMO

Este estudo tem como tema as explicações teóricas da Ciência Política para o surgimento de novos partidos e procura relacionar a literatura sobre esse fenômeno com o caso do PSD. O objetivo central é analisar o contexto e características do surgimento e construção do PSD, e, para isso, também é feita uma análise das relações político-institucionais entre partidos e Estado no Brasil. A hipótese defendida é de que a criação do PSD não é fruto da pressão de transformações e/ou novas demandas sociais, mas sim estratégia de uma elite política instituída buscando aumentar seus recursos de poder e competição dentro das zonas de incerteza através de uma estratégia de *newness*. O estudo realiza um levantamento e revisão bibliográficos, e, para sistematizar a compreensão do fenômeno, é feito um exercício de operacionalização e análise do nível de *newness* que o partido apresenta. Por fim, conclui-se que o PSD é uma organização partidária nova no sentido de possuir registro oficial recente, entretanto não reflete estruturas ou mudanças programático-ideológicas inovadoras em relação aos antigos partidos. Ou seja, a estratégia teria sido elaborada por elites políticas estabelecidas pretendendo manter-se no jogo e melhorar seu desempenho: a iniciativa pessedista relaciona-se com a busca dessas elites por maior domínio sobre recursos de poder e zonas de incerteza.

Palavras-chave: Novos partidos. Surgimento de novos partidos. PSD. Zonas de incerteza. *Newness*.

ABSTRACT

The present paper deals with the Political Science's theoretical explanations about the emergence of new parties and intends to compare the literature about this phenomenon with the PSD case. The main objective is to analyze the context and the characteristics of PSD's emergence and construction and, for this, an analysis of the politico-institutional relations between parties and the State in Brazil is made. The hypothesis put forward is that the creation of PSD is not the result of pressure of changes and/or new social demands, but rather a strategy of an established political elite seeking to increase its power and competition resources within the zones of uncertainty through a *newness* strategy. This study carries out a literature research and review and, to systematize the comprehension of the phenomenon, there is an exercise of operationalization and analysis of the party's *newness* level. Ultimately, it concludes that PSD is a new party organization, because it possesses recent official registration; however, it does not reflect any innovative structure or programmatic and ideological changes in relation to the old parties. In other words, the strategy has been adopted by established political elites intending to remain in the game and improve their performance: The creation of PSD relates to these elite's pursuit for greater control over power resources and areas of uncertainty.

Keywords: New parties. Emergence of new parties. PSD. Uncertainty zones. Newness.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Problema	10
1.2 Objetivos	11
1.3 Hipóteses	11
1.4 Metodologia	11
2 DEBATE TEÓRICO: SURGIMENTO DE NOVOS PARTIDOS E <i>NEWNESS</i>	13
2.1 Os clássicos: sobre o fenômeno partidário e o surgimento de novos partidos	13
2.2 Influências institucionais para o surgimento de novos partidos	21
2.3 O surgimento de novos partidos: o que pode ser considerado novo e o projeto de <i>newness</i>	23
3 O CASO PSD: UM NOVO PARTIDO NO BRASIL	29
3.1 Partidos e Estado: notas sobre a história do Brasil	29
3.2 Sobre o PSD: contexto e origem	32
3.3 Teorias sobre o surgimento de novos partidos e o caso PSD	35
4 O NÍVEL DE <i>NEWNESS</i> DO PSD: UMA ANÁLISE TEÓRICO-QUALITATIVA	40
4.1 Partido no eleitorado	42
4.1.1 NOMENCLATURA DA LEGENDA	42
4.1.2 IDEOLOGIA	43
4.1.3 ELEITORADO	44
4.2 Partido como organização	45
4.2.1 STATUS LEGAL/FORMAL	45
4.2.2 INSTITUIÇÕES INTERNAS	45
4.2.3 MILITANTES	45
4.3 Partido incumbente	46
4.3.1 REPRESENTANTES	46
4.3.2 PROGRAMA	46
4.4 Sumário	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

As democracias representativas identificadas enquanto democracias partidárias chamaram a atenção da Ciência Política para o estudo das características e dinâmicas do fenômeno partidário. Tendo sido feita a primeira incorporação de atores sociais excluídos no campo parlamentar institucional, as explicações para o surgimento de partidos não poderiam mais ficar restritas à questão das transformações político-sociais. Sendo assim, a criação de novos partidos nas democracias contemporâneas é um tema que merece atenção especial para compreender o funcionamento dos sistemas político-partidários.

No Brasil, a postura de centralidade e intervencionismo do Estado frente aos partidos e ao sistema partidário é determinante para o estudo das relações políticas compreendidas nesses contextos. Nesse sentido, na análise do surgimento de novos partidos em cenário brasileiro, as elites políticas envolvidas no processo devem estar no centro do estudo, bem como sua ligação com o aparelho estatal.

O Partido Social Democrático (PSD) foi fundado em 27 de setembro de 2011 propondo ser “um partido de centro, moderno, livre de dogmas e ideologias superadas, atento ao que realmente traz desenvolvimento econômico e social” (PSD, 2013b, online). Além disso, lideranças partidárias afirmam que o novo partido não assumiria posturas ideológicas predefinidas, tanto quanto fica claro o respeito às realidades regionais no estabelecimento de alianças procurando maximizar sucesso eleitoral. Sendo assim, o caso pessedista é relevante para estudar a fundação de novas organizações partidárias no Brasil por ilustrar o movimento de uma elite política que busca se aproximar do aparelho de Estado em época de hegemonia petista e por ter nascido com representação muito significativa em comparação com outras novas legendas.

1.1 Problema

O Brasil é uma democracia jovem regida pela combinação de regime presidencialista, representação proporcional e multipartidarismo, dando origem ao híbrido presidencialismo de coalizão. Desde o governo Lula, podemos identificar um alinhamento

dos partidos em torno do eixo PT-PSDB e uma postura cada vez mais dependente do aparelho de governo, a estrutura de Estado, para sobreviver.

Destarte, tendo em conta as leis que regulamentam o Fundo Partidário e o Horário Público Gratuito Eleitoral nos meios de comunicação, uma série de novas e pequenas legendas foi criada ao longo da nova democracia. O PSD surge em 2011 com uma das maiores bancadas da Câmara dos Deputados e, em 2012, elege expressivo número de prefeitos. A partir dessas considerações, indagamos:

Como a Ciência Política explica o surgimento de novos partidos?

Como as teorias disponíveis podem explicar o caso do PSD?

1.2 Objetivos

A relevância deste trabalho se encontra no esforço de relacionar a literatura de Ciência Política sobre o surgimento de novos partidos com o caso do PSD. Para tanto, é feita uma análise das relações político-institucionais entre partidos e Estado no Brasil. No intuito de ampliar a compreensão do fenômeno, é analisado, a título de exercício, nível de *newness* que o partido apresenta.

1.3 Hipóteses

Este trabalho tem como hipótese exploratória o pressuposto de que a criação do PSD não é fruto da pressão proveniente de transformações sociais e/ou insurgência de novas demandas. Portanto, acredita-se que o surgimento do PSD se deve à estratégia de uma elite política instituída buscando aumentar seus recursos de poder e competição dentro das zonas de incerteza através de uma estratégia de *newness* como fim em si mesma.

1.4 Metodologia

Para fins de melhor organização da linha de pensamento, o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro é composto pelo debate teórico sobre o surgimento

de novos partidos e o conceito de *newness*; o segundo consiste no caso do PSD enquanto novo partido no Brasil e o terceiro é um exercício de análise teórico-qualitativa do nível de *newness* pessedista.

A metodologia utilizada é, basicamente, de levantamento e revisão bibliográfica. Da mesma forma que é feito o debate entre as teorias disponíveis sobre partidos e as questões que envolvem surgimento de novas organizações partidárias, é conduzida a análise de caso do PSD. De acordo com as informações disponíveis sobre a trajetória, os primeiros resultados eleitorais e discursos de lideranças do partido é estabelecido um diálogo em relação ao que é proposto pela literatura de Ciência Política sobre o assunto. Por fim, é feito um exercício de tentativa de operacionalização do conceito de *newness* dando origem a uma análise de cunho teórico-qualitativo, a qual visa a colaborar para a articulação das reflexões sobre a relação entre teoria e o caso do PSD feitas ao longo do trabalho.

2 DEBATE TEÓRICO: SURGIMENTO DE NOVOS PARTIDOS E *NEWNESS*

2.1 Os clássicos: sobre o fenômeno partidário e o surgimento de novos partidos

Com a progressiva ampliação do sufrágio eleitoral, as democracias modernas passaram a ser identificadas como democracias partidárias e os partidos, como o elo entre povo e representantes, massas e elites (WEBER, 2005). A partir dessa ligação com a democracia representativa, Joseph LaPalombara e Myron Weiner (1966) definem partido político através dos seguintes critérios:

[...] (1) continuity in organization — that is, an organization whose expected life span is not dependent on the life span of current leaders; (2) manifest and presumably permanent organization at the local level, with regularized communications and other relationships between local and national units; (3) self-conscious determination of leaders at both national and local levels to capture and to hold decision-making power alone or in coalition with others, not simply to influence the exercise of power; and (4) a concern on the part of the organization for seeking followers at the polls or in some manner striving for popular support (LAPALOMBARA; WEINER, 1966, p. 6).

Ao mesmo tempo em que a importância político-social dos partidos cresceu, também aumentou o interesse dos estudiosos sobre seu papel e funcionamento. No que diz respeito específico ao objeto deste trabalho, de acordo com a ampla literatura que se ocupa de partidos políticos, os fatores explicativos para a criação de novos partidos podem ser divididos em três grandes grupos:

- a) Cambios socio-estructurales: fracturas sociales o clivajes, crisis, *value changes*, coyunturas y oportunidades históricas.
- b) Condiciones institucionales: sistemas electorales, primacía de la arena presidencial o parlamentarista, legislación partidaria, etc.
- c) Dinámica de los actores: cálculo estratégico de las élites, personalización u tendencia al partido *catch all*. (KESTLER; KRAUSE; LUCCA, 2013, p. 4).

No que diz respeito a mudanças sócio estruturais, Duverger (1970) escreve *Os partidos políticos*, obra na qual se debruça sobre a questão partidária para colaborar na

construção de uma teoria geral dos partidos baseada na empiria, com esforço de classificar e sistematizar tipos e conceitos. O autor constrói uma tipologia: partidos de massas e partidos de quadros. Os partidos de massas seriam formados a partir de grupos sociais excluídos que enxergam na política parlamentar o meio para inclusão institucional; a origem desse tipo de partido é externa, e seus atores têm como objetivo entrar no jogo político. Os partidos de quadros, por sua vez, seriam aqueles compostos por comitês eleitorais de notáveis preocupados essencialmente com o processo eleitoral e a manutenção de posições; esse tipo é considerado de origem interna, liderados por indivíduos que já estão dentro do jogo político parlamentar. Sobre isso, Duverger afirma que:

[...] a criação eleitoral e parlamentar dos partidos corresponde a uma certa fase de evolução democrática, a do estabelecimento progressivo do sufrágio universal. [...] Trata-se portanto de enquadrar progressivamente uma massa de novos eleitores [...] Mas uma vez alcançada essa primeira fase, uma vez que os partidos já estejam solidamente constituídos, o surgimento de novos partidos esbarra na barreira dos antigos; [...] Em outras palavras: o primeiro tipo descrito corresponde à criação de partidos políticos num país onde não existe ainda um sistema de partidos organizados. Desde que tal sistema funcione, a segunda modalidade de criação se impõe na maioria dos casos. (DUVERGER, 1970, p. 33).

A metodologia utilizada por Duverger é classificatória, partindo de um gênero comum para analisar as espécies partidárias em suas especificidades. O autor aplica as premissas darwinistas de seleção natural e adaptação, o que implica o conceito de ancestralidade: cada partido surge como uma resposta histórica ambientalmente necessária para um habitat social específico (PERES, 2009). Mesmo que Duverger não disserte especificamente sobre o surgimento de novos partidos, a partir do conceito de partidos de massas é possível presumir que houve mudanças estruturais significativas gerando a necessidade de incorporação de novos atores sociais no cenário político, o que não deixa de ser um novo partido (KESTLER; KRAUSE; LUCICA, 2013). Nessa mesma linha, então, poderíamos afirmar que a democracia representativa e suas estruturas sofrem pressão para acompanhar as constantes mudanças advindas da maior complexidade e pluralidade das sociedades contemporâneas. A partir da premissa de que cada partido, ao nascer, reflete o ambiente em que se insere, o passar do tempo faz com que a flexibilidade e a capacidade

de adaptação sejam cada vez mais indispensáveis para garantir a sobrevivência da organização.

Nesse momento, porém, é importante trazer a reflexão de Kestler, Krause e Lucca (2013) sobre a teoria de Duverger, pois o lugar de origem e as mudanças sociais que influenciaram o surgimento dos partidos de massas não são suficientes para explicar o fenômeno de surgimento de novos partidos como um todo. Conforme os autores, um grande número de *insiders*¹ aproveita-se do contexto de grande efervescência e mudança sociopolítica para criar novos partidos, ou seja, os mesmos grupos de elites se organizam sob novas legendas. Por outro lado, há também os casos em que a criação de partidos é impulsionada a partir de bandeiras específicas não associadas diretamente a uma única clivagem social, por exemplo, como o caso dos partidos verde na Europa Ocidental e na Austrália (BOLLEYER, 2012; MIRAGLIOTA, 2012).

Em uma preocupação mais específica sobre o contexto da formação de novos partidos, o modelo clássico de LaPalombara e Weiner (1966) poderia ser considerado complementar à teoria de Duverger por levar em conta que as dinâmicas institucionais específicas de nascimento não são suficientes para explicar o surgimento de novos partidos em sociedades cada vez mais complexas. Devemos considerar que, à luz do processo de criação dos partidos de massas de Duverger, podemos identificar mudanças sociais e consequente pressão para incorporar esses novos atores políticos no cenário institucional. Além disso, LaPalombara e Weiner afirmam que um ambiente de crises político-sociais também incentivaria uma disposição para a criação de novos partidos. Essas crises podem ser de três tipos: legitimidade, integração e participação. As crises de legitimidade estão associadas a momentos em que as autoridades estão carentes de credibilidade política, gerando instabilidade; as crises de integração dizem respeito a questões territoriais e as crises de participação estão relacionadas a mudanças estruturais na dinâmica socioeconômica.² Ainda nesse sentido, Kenneth Janda (1980) ressalta os casos em que há

¹ “*Insider*: partido cuyas elites ya se encuentran actuando en el sistema partidario” (KESTLER; KRAUSE; LUCCA, 2013, p. 13).

² “A formação do PSD: quando o executivo é o motor organizativo” (KRAUSE; GERARDI, 2012).

fusão ou separação de legendas já existentes, bem como aquelas que surgem em torno de novas lideranças.

Dentro dessa discussão, é importante trazer a contribuição de Otto Kirchheimer (1966) por dar enfoque aos atores que estão envolvidos no jogo político e sua opção por uma nova estratégia frente ao mercado eleitoral. O autor analisa o processo de transformação dos partidos políticos, o enfraquecimento de seus laços com setores específicos da sociedade civil e, assim, o surgimento de um novo tipo de partido. Em momentos como o pós Segunda Guerra Mundial, quando a instabilidade domina essas relações, os partidos de clivagens sociais não correspondem mais suficientemente à lógica social vigente, fazendo com que as organizações partidárias tenham que se adaptar. Assim, o autor conceitua um novo tipo de partido: os partidos *catch all*. Em outras palavras, os partidos de massas já teriam executado a missão de integrar grupos sociais marginais no âmbito institucional, desembocando na necessidade de adaptação dessas organizações ao novo contexto. Nas palavras do autor:

Following the Second World War, the old-style bourgeois party of individual representation became the exception. While some of the species continue to survive, they do not determine the nature of the party system no longer. By the same token, the mass integration party, product of an age with harder class lines and more sharply protruding denominational structures, is transforming itself into a catch all 'people's' party. Abandoning attempts at the intellectual and moral *encadrement* of the masses, it is turning more fully to the electoral scene, trying to exchange effectiveness in depth for a wider audience and more immediate electoral success. (KIRCHHEIMER, 1966, p. 184).

Assim, inspirando-se na nova lógica de ação política dita por Kirchheimer e trazendo-a para o debate do surgimento de novos partidos, poderíamos colocar que os agentes políticos — enquanto organização partidária — enxergam nas novas legendas uma possibilidade para garantirem sua sobrevivência. Essa estratégia estaria baseada no redimensionamento e ampliação de suas relações com o mercado eleitoral, aumentando seu número de votos, seu peso eleitoral.

Tratando sobre o surgimento de novas tipologias partidárias, do mesmo modo que Kirchheimer fala sobre o processo em que os partidos deixam de estar estreitamente

relacionados com as clivagens sociais, aproximando-se de vários grupos distintos e tornando-se *catch all*, Mair (1994) aponta para o distanciamento que se estabelece entre as organizações partidárias e a sociedade civil. Essa distância incitaria uma aproximação dos partidos com a estrutura de Estado e governo, conformando relações com caráter de dependência cada vez mais acentuado, configurando um novo *status quo*. Assim, Mair conceitua esse novo tipo de partido regido, principalmente, pela lógica de negociação e distribuição dos recursos do aparelho estatal: os partidos cartel. *Grosso modo*, os partidos cartel enquanto organização dependem muito mais do capital extraído do Estado do que daqueles advindos das relações com suas bases. Analisando a trajetória dos tipos partidários, Mair argumenta:

[...] parties had moved from an earlier, post-suffrage stage (the classic ‘mass party’ phase) in which they had represented the interests of civil society vis-à-vis the state, to a stage and which they acted almost as independent brokers between state and civil society (the classic ‘catch all party’ phase), and which, in Downsian or Schumpeterian terms, they behaved more as competing terms of leaders, to a new and more recent stage, and remain at quite a remove from civil society. The balance of linkage has therefore changed, as have the parties themselves (MAIR, 1994, p. 8).

À luz do fenômeno destacado por Mair de aproximação entre partidos e Estado enquanto resposta às mudanças sociais e relações com a sociedade civil, poderíamos utilizar esse raciocínio para analisar o surgimento de novos partidos nas democracias contemporâneas. Visto que as organizações partidárias adaptaram-se e passaram a depender cada vez mais da máquina de Estado, as elites políticas precisam seguir essa tendência e buscar novas estratégias para sobreviver. Assim, a criação de novos partidos poderia ser uma das opções para garantir não só a permanência, como a melhora de suas posições dentro do jogo político.

Com um enfoque mais organizacional, Angelo Panebianco (2005) trata sobre as dinâmicas da organização partidária em seus aspectos internos e externos, dando particular atenção à perspectiva histórica, na qual o momento de criação é fator importante à compreensão dos partidos no desenrolar de sua trajetória. Assim, na mesma linha de

raciocínio de LaPalombara e Weiner, não só as demandas da sociedade civil e organizada têm relevância, mas também as pressões e as mudanças advindas do jogo político-partidário institucional. Ao analisar o surgimento de novos partidos à luz de Panebianco, dois eixos explicativos sobre o perfil das organizações partidárias podem ser utilizados: a importância do momento da gênese e a disputa pelas zonas de incerteza com as relações de poder estabelecidas nestas.

Em específico quanto à origem, Panebianco destaca dois fatores que contribuem para a construção de características específicas de organizações partidárias: a maneira como se inicia e desenvolve a construção da organização e a presença ou ausência do fator carisma na formação do partido. Uma organização pode ser construída através de dois tipos de processos:

[...] penetración territorial cuando un ‘centro’ controla, estimula y dirige el desarrollo de la ‘periferia’, es decir, la constitución de las agrupaciones locales e intermedias del partido. [...] difusión territorial cuando el desarrollo se produce por ‘generación espontánea’: cuando son las élites locales las que, en un primer momento, constituyen las agrupaciones locales del partido y sólo a continuación éstas se integran en una organización nacional (PANEBIANCO, 2005, p. 110).

O autor destaca que esses processos não podem ser associados direta e unicamente aos tipos estabelecidos por Duverger, bem como que modalidades mistas são recorrentes — nas quais um processo de difusão pode vir a desembocar na lógica de penetração, por exemplo. Ademais, é preciso frisar que um partido baseado essencialmente em uma figura carismática, é diferente de um partido que possui, entre suas lideranças, um líder com essa característica. O fator carisma estaria presente nos momentos de gestação e nascimento de um partido, porém, a maneira como ele é manipulado e como isso influencia os rumos da organização que devem ser analisados.

Sobre as relações de poder e as disputas pelas zonas de incerteza, o jogo político no qual as organizações partidárias estão inseridas é permeado e transpassado por estas. Esse conceito de Panebianco é caro à compreensão do surgimento de novos partidos porque, ao disputá-las, a distribuição de poder e as dinâmicas das relações entre as elites podem vir a criar um ambiente em que a criação de novas legendas se apresenta como

estratégica interessante. No começo dessa discussão, então, Panebianco define poder como uma relação de troca assimétrica e recíproca, ou seja, não é absoluto e seus limites se dão nas mesmas linhas da natureza interativa. Sobre esses jogos de poder e o acionamento de determinados recursos por parte das organizações, o autor diz que:

[...] los recursos del poder organizativo; aquellos factores cuyo control permite a cierto actores desequilibrar en su favor los juegos de poder. En la teoría del poder organizativo [...], esos factores se conciben como zonas de incertidumbre; es decir, determinados ámbitos que son imprevisibles para la organización (PANEBIANCO, 2005, p. 83).

Em outras palavras, os recursos de poder estão associados a áreas de incerteza, os quais envolvem fatores que podem colocar em risco a sobrevivência e/ou a estabilidade da organização (PANEBIANCO, 2005, p. 65). Dentre essas zonas de incerteza, o autor destaca: competência, gestão de relações com o ambiente externo, comunicação interna, regras formais, financiamento da organização e recrutamento.

Especificamente sobre cada zona de incerteza, competência é compreendida como o saber técnico e/ou experiência no manejo das relações que se apresentam como indispensáveis, sem os quais a organização estaria ameaçada; a competência está associada, sobretudo, às habilidades das lideranças e oligarquias partidárias. As boas relações com o ambiente externo são importantes, porque implicam um maior domínio do desconhecido, do inesperado. Nesse mesmo viés, um bom canal de influência com os meios de comunicação garante algum controle sobre quais e como as informações vão ser repassadas ao grande público. Por outro lado, mesmo que as regras formais sejam passíveis ao contexto e à interpretação dos atores, são elas a estrutura do jogo, fazendo com que o estatuto — juntamente com a história da origem do partido — seja o ponto de partida para compreender e vencer as disputas de poder intrapartidárias. Por fim, financiamento da organização e recrutamento influenciam diretamente nas dinâmicas de construção dos grupos dominantes e seu respectivo grau de poder de interferência nas decisões e processos partidários (PANEBIANCO, 2005, p. 84-88).

Então, inspirados em Panebianco, podemos analisar a situação de políticos que pertencem a organizações partidárias de longa trajetória para verificar como o domínio

sobre zonas de incerteza pode vir a influenciar na criação de um novo partido. Em geral, esses agentes políticos não estiveram presentes no momento de criação do partido, afetando seu controle sobre zonas de incerteza importantes como a formulação das regulamentações internas, bem como podem se perceber em desvantagem em relação a lideranças mais antigas. Nesse sentido, poderíamos considerar que, ao criar uma nova organização partidária, elites insatisfeitas com suas atuais situações aumentariam suas possibilidades de domínio de recursos de poder e controle sobre as zonas de incerteza, portanto podendo valorizar sua importância e potencializar seu desempenho. Ou seja, criar um novo partido poderia ser considerado uma estratégia de atores políticos visando a melhorar suas atuações no jogo político.

Os recursos de poder têm tendência cumulativa, pois uma proeminência em determinada zona de incerteza impulsiona positivamente a influência em outra (PANEBIANCO, 2005). No entanto, ainda conforme o autor, mesmo considerada a tendência à acumulação de recursos de poder e o perfil oligárquico das organizações partidárias, não há possibilidade de monopolizar uma zona de incerteza, muito menos o conjunto das zonas. Dessa forma, os jogos de poder e os rearranjos de forças e domínios são constantes não só no ambiente interno dos partidos, como também na dimensão interpartidária. De acordo com o autor, essas disputas entre dirigentes e seus resultados impactam no quadro geral de distribuição de forças do sistema. Destarte, poderíamos afirmar que, a partir desses processos, poderiam surgir espaços para a criação de novos partidos, os quais comporiam as zonas de incerteza, mas também seriam novo recurso de poder para determinados agentes (PANEBIANCO, 2005).

Ainda nesse sentido, ao considerarmos o cenário de disputa constante entre dirigentes partidários pelo controle das zonas de incerteza, percebemos que o ambiente estrutura e é estruturado por esses jogos: a complexidade do ambiente é diretamente proporcional ao seu nível de imprevisibilidade, o que pressiona as organizações e aumenta a tendência à especialização (PANEBIANCO, 2005, p. 385) Sendo assim, vista a insegurança em relação às zonas de incerteza, há um incentivo para a especialização procurando aumentar seu domínio sobre estas. Então, os atores políticos podem identificar na criação de uma nova organização partidária uma oportunidade para sanar a necessidade

de representação criada para incluir novas demandas sociais institucionalmente, bem como um espaço para aumentar seu domínio de recursos e das zonas de incerteza em si.

2.2 Influências institucionais para o surgimento de novos partidos

Grande parte da literatura sobre o sucesso de novos partidos leva em conta a influência do quadro institucional e refere-se, em geral, aos países da Europa Ocidental e os Estados Unidos da América. Entretanto, mesmo que não sejam levadas em conta características latino-americanas ou brasileiras em específico, muito dessa discussão é válida para nossas realidades e o debate sobre o surgimento de novos partidos. Conforme Harmel e Robertson (1985), mesmo sabendo quão importante é a conjuntura político-social de insurgência de novas demandas e bandeiras para o cenário de surgimento de novos partidos, o quadro institucional vigente merece atenção especial nesses contextos. Os autores afirmam que o arcabouço de leis e regras que regulam o sistema eleitoral pode incentivar ou constringer as iniciativas de criação de novas organizações partidárias.

No entanto, Harmel e Robertson ainda destacam que mesmo com um quadro institucional que proporcione incentivos negativos para o sucesso eleitoral de novos partidos, estes não interferem, necessariamente, no incentivo à sua formação: “Some parties, knowing that winnings seats was highly unlikely, might seek competition with other parties on their own stuff for the attention that it would bring to some issue or personality.” (HARMEL; ROBERTSON, 1985, p. 507). Como exemplo disso, os autores trazem o caso estadunidense, no qual mesmo sabendo da quase completa impossibilidade de competição efetiva em relação aos dois maiores partidos, o republicano e o democrata, novas legendas são criadas com o intuito dar visibilidade para figuras políticas ou bandeiras bastante específicas.

Corroborando com a perspectiva de que as instituições contam para explicar a criação de novos partidos, Niklas Bolin (2007) realça que sistema eleitoral não se resume ao arcabouço de regras para obtenção de cadeiras no parlamento ou à chegada aos cargos executivos, mas sim todo o contexto de regulamentações políticas: acesso a financiamento de campanha e tempo de televisão, por exemplo.

Besides electoral formula, another factor that has been considered in the literature to be very important is district magnitude. But various other factors, such as the influence of presidential elections on legislative elections, malapportionment, interparty electoral links and parliament size, have also been acknowledged as being significant (BOLIN, 2007, p. 5).

Além disso, Niklas Bolin (2010) ressalta que não só o ambiente externo influencia o desempenho eleitoral dos novos partidos. Em outras palavras, pressões sócio-políticas e questões institucionais são fatores essenciais, contudo é preciso analisar esse fenômeno sob a lógica de atores racionais que elaboram estratégias para alcançar seus objetivos. Assim, esse raciocínio pode ser aplicado para a criação de novas organizações partidárias. Ou seja, afora o contexto institucional e pressões de demandas e atores sociais, as elites organizam-se de acordo com estratégias visando a alcançar determinados fins.

To treat parties as actors that can affect their own fate in a certain direction is basically a rationalistic perspective. From this follows that parties have certain goals with their activities. To achieve these goals the party develops strategies in order to shape their actions. The strategies are not shaped in a vacuum, but adapted to the external circumstances as well as internal party factors. Whether the goals are fulfilled in turn also depends on external factors — the political opportunity structure (BOLIN, 2010, p. 5).

Nessa mesma linha de raciocínio, Joseph Willey (1998) defende a importância que novas clivagens e demandas sociais ao lado de tensões no ambiente político possuem para criar ambiente favorável para o surgimento de novos partidos. O sistema eleitoral, assim como afeta o tamanho dos partidos, também influencia iniciativas de criação e o sucesso de novas legendas. Ademais, o autor considera que as elites analisam o cenário político institucional, podendo vir a calcular que a criação de um novo partido é estratégia interessante de acordo com suas possibilidades de sucesso; ou seja, sistema eleitoral influencia a criação de novas legendas.

The competition structure represents the sum of institutions that contain the governmental bodies where policy is formed. Potential party formers are most likely to establish new parties where the competition structure is

open — where they perceive the greatest chance of winning enough elective offices to achieve the goal of affecting public policy (WILLEY, 1998, p. 655).

2.3 O surgimento de novos partidos: o que pode ser considerado novo e o projeto de *newness*

As obras clássicas sobre partidos políticos referem-se ao surgimento da instituição partidária no momento em que se estabelece a democracia representativa. Portanto, mesmo que alguns elementos sejam caros à interpretação dos cenários partidários nas democracias contemporâneas, esses estudos não são suficientes para explicar o surgimento de novas organizações partidárias nesses novos contextos históricos. Sendo assim, são necessárias pesquisas que trabalhem especificamente com o conceito de novos partidos, suas características e implicações no sistema político institucional.

Barnea e Rahat (2010) pontuam que a definição sobre o que seria um novo partido vai além da semântica, afetando interpretações sobre sistema partidário e mudanças de padrão na relação entre eleitor e partido, por exemplo. Por isso, especificar o que diferencia um partido novo de um antigo e o próprio conceito de “novo” é crucial para compreender o fenômeno dos *new parties* em si. A Ciência Política tem uma série de maneiras de classificá-los, desde as restritivas até as mais flexíveis: enquanto alguns autores consideram cisões e fusões como continuações dos antigos partidos, outros defendem que uma mudança de sigla já é suficiente para classificá-lo como novo (BARNEA; RAHAT, 2010). Vistas estas discrepâncias, constata-se uma lacuna de padrão conceitual, o que é um empecilho para o aprofundamento e diálogo de estudos específicos. Destarte, Barnea e Rahat preocupam-se em definir o que constitui um novo partido, como medir seu nível de *newness*³ e como diferenciar partidos novos, pseudonovos e antigos. Quanto à *newness*, é importante destacar que os autores não tratam essa variável dicotomicamente, mas sim através de gradualismo: o ponto não é “possuir” *newness* ou não, porém o nível de *newness* o partido apresenta.

³ A tradução literal de “newness” é “novidade”. Porém, ao longo do trabalho o conceito será utilizado em inglês por sua tradução não apreender o conceito em inglês na sua totalidade.

Sobre conceitos, enquanto o “novo” pode ser definido tanto por questões cronológicas quanto por sua posição em relação ao que é antigo, partidos são considerados, ao longo do século XX, a partir de uma “functional view of parties as organizations or groups aiming at *winning office*.” (BARNEA; RAHAT, 2010, p. 310, grifo no original). Todavia, para Barnea e Rahat, é indispensável considerar ideologia e programa partidário, sendo que isso é feito não no nível conceitual, mas sim os associando a duas faces do partido: partido e eleitorado (se os eleitores identificam o partido com alguma nova ideologia) e partido no governo (se, quando no poder, implementam novo perfil de políticas públicas) (BARNEA; RAHAT, 2010). Ainda conforme os autores, além de especial cuidado ao manusear esses indicadores, o necessário seria provar que um partido é novo, ou seja: todos os partidos são antigos até que se prove o contrário. Não somente uma alteração de sigla basta para determinar um novo partido, uma mudança significativa na sua lista de candidatos também interessa; nas palavras dos autores:

We thus suggest a threshold for new parties, a standard a party must meet to be considered as new, based on these two criteria. First, the party must have a new name/label (explicitly identifying itself as new in the electoral competition); and second, no more than half of its candidates at the top of the list may originate from a single ‘old’ party. Put simply, we define a new party as a party that has a new label and that no more than half of its top candidates (top of candidate list or safe districts) originate from a single former party (BARNEA; RAHAT, 2010, p. 311).

Os partidos são organizações mutantes, adaptam-se e modificam-se de acordo com as constantes transformações do ambiente social, político e eleitoral; mudança e novidade variam em extensão e natureza, mas são inerentes à existência partidária caso esta pretenda permanecer no jogo político (BARNEA; RAHAT, 2010). Os autores partem da definição de Key (1942) de que um partido político teria três faces: partido no eleitorado, partido como organização e partido no governo. Ainda associam oito critérios a essas faces para analisar o nível de *newness* de um partido, esforçando-se para operacionalizar o conceito, como pode ser visto no Quadro 1. Quanto à sigla, a escolha por um nome inteiramente novo, um com traços do passado ou a permanência de um nome antigo é um indicador do nível de *newness* do partido. Sobre ideologia, esse nível estaria

associado à incorporação de demandas secundárias ou substancial mudança na plataforma partidária. Outro indicador provém da análise da constituição — ou não — de um eleitorado específico associado ao novo partido, ou se o que aconteceu foi uma simples migração de votos de antigas legendas (como seria o caso de partidos que só mudaram a nomenclatura). Nesse mesmo sentido, o número de militantes pode ser estudado: houve uma migração ou constitui-se um grupo específico? O reconhecimento legal tem importância simbólica e pragmática e é, diferentemente das outras, uma variável dicotômica: ou o partido é reconhecido como novo, ou não é. A criação, mudança ou adaptação das estruturas internas e do programa partidário também se relacionam com o grau de *newness* (BARNEA; RAHAT, 2010).

Quadro 1 — Quadro de análise para medida de *newness* partidária

Face do partido	Critério	Definição operacionalizada
Partido e eleitorado	Nomenclatura da legenda	O nome é genuinamente novo ou é de um partido antigo?
	Ideologia	Quão diferente é a “nova” plataforma do partido em relação às de partidos antigos?
	Eleitorado	Quão diferente é a “nova” base eleitoral das bases de partidos antigos?
Partido como organização	Status legal/formal	O partido é registrado como novo?
	Instituições internas	As instituições internas do partido são separadas e diferentes daquelas dos partidos antigos?
	Militantes	O “novo” partido possui nova militância?
Partido incumbente	Representantes	Os principais candidatos são novos (não incumbentes?) A maioria ou todos vieram de um único partido?
	Programa	Quão diferentes são os programas dos “novos” partidos daqueles dos partidos antigos?

Fonte: Barnea e Rahat (2010, p. 306, tradução nossa).

Assim sendo, *newness* não pode ser definida hermeticamente, pois é relativa: tanto um novo partido pode defender antigas ideologias e práticas partidárias, quanto um antigo partido pode incorporar novas políticas públicas ao seu programa. No que diz respeito às elites políticas e a fundação de novos partidos:

[...] *newness* may be an effective political strategy, especially when the personalization of politics and cartelization of parties and party systems combine and when the voters are volatile. What we may see is a cartel of individuals (rather than parties) that organize (and frequently reorganize) to attract the increasingly disillusioned voters by presenting themselves as new (BARNEA; RAHAT, 2010, p. 315-316).

Esses apontamentos vêm de encontro ao trabalho de Sikk (2012) sobre *newness* enquanto fórmula de sucesso para partidos políticos. Na contramão das proposições de que novos partidos são simplesmente respostas para novas demandas de uma sociedade progressivamente mais heterogênea e complexa, o autor defende que essa relação não é necessariamente direta. Novos partidos não estariam relegados a espaços ainda não dominados no campo do jogo político, isto é, poderiam adentrar territórios de grupos políticos já estabelecidos para competir. Sikk utiliza a categorização de novos partidos proposta por Lucardie (2000): os “profetas” defendendo uma ideologia nova (também podem ser chamados de purificadores caso estejam representando uma ideologia “não suficientemente” defendida por um partido já existente) e os “prolocutores” sob a bandeira de uma nova demanda social. Afora esses tipos, o autor acrescenta os partidos que surgem motivados pela *newness*: o projeto de *newness* é o impulso primeiro, o objetivo em si para a formação de uma nova organização partidária. O cerne da questão está mais em mudar a dinâmica do fazer política do que a política em si, “have a fuller set of policies and confidently step on the territory of established parties.” (SIKK, 2012, p. 467). Acrescentado esse quesito à categorização de partidos de Lucardie, o autor se ocupa de analisar o sucesso dos novos partidos nos Bálcãs e na Europa pós-comunismo.

Estudar o surgimento de novos partidos no contexto de jovens democracias é interessante não só para a compreensão destas, mas também das estabelecidas há mais tempo. A partir dos estudos de caso de Sikk, nota-se que o programa partidário fica em

segundo plano perante *newness* enquanto projeto. Ou seja, um novo partido pode não ser produto de uma mudança social direta conduzida por grupos da sociedade civil, ou uma crise, mas sim fruto de uma estratégia de elites políticas. Além disso, quando um novo partido surge sob o projeto de *newness* e defende posicionamentos ideológicos dominantes, os riscos de perder apoiadores por medo dos custos da mudança drástica reduzem consideravelmente. Nesse raciocínio, o custo de informação é vantajoso: a ideia de “mudar para melhor” é mais facilmente transmitida do que a explicação de um programa de agenda específico (SIKK, 2012).

[...] new parties point in the same direction: the parties were not advocating any new ideologies but rather challenging the old parties on their territory. Thus they emerged as challengers or purifiers, with the crucial distinction that they did not attempt to cleanse any ideologies but, rather, improve the style of politics (SIKK, 2012, p. 478).

Por fim, após exposição e análise de teorias e modelos que colaboram para a compreensão dos processos de surgimento de novos partidos, o Quadro 2 é um resumo sistematizado dos conceitos e como estes se relacionam com o tema. A partir desse apanhado teórico e conjunturas de análise, não só as dinâmicas do jogo político institucional entram em discussão, como também as estratégias elaboradas pelos atores, as elites políticas.

Quadro 2 — Teorias e o diálogo sobre a origem de novos partidos

Autor	Sobre a origem de novos partidos
Duverger	<p><i>Origem interna:</i> comitês parlamentares e eleitorais de <i>insiders</i> focados, principalmente, no momento eleitoral, os partidos de quadros;</p> <p><i>Origem externa:</i> organizações sociais <i>outsiders</i> que visam a entrar no jogo político parlamentar, os partidos de massas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Partidos de massas como resposta para mudanças sócio-estruturais significativas que geraram a necessidade de incorporação de novos atores sociais no cenário político. Lógica que pode ser relacionada com o surgimento de novos partidos a partir da pressão de transformações sociais.
LaPalombara e Weiner	<p><i>Crises de legitimidade:</i> momentos de carência de credibilidade política por parte das autoridades;</p> <p><i>Crises de integração:</i> dificuldades nas questões de integração territorial;</p> <p><i>Crises de participação:</i> mudanças estruturais na dinâmica socioeconômica;</p>

	<ul style="list-style-type: none"> Aspectos institucionais específicos de nascimento não são suficientes para explicar o surgimento de novos partidos. Um ambiente de crises político-sociais incentivaria uma disposição no sentido de sua criação.
Kirchheimer	<p><i>Partidos catch all</i>: processo de transformação dos partidos políticos gera afastamento de clivagens sociais específicas e aproximação com vários grupos distintos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Atores como parte importante do jogo político. Novas legendas poderiam ser vistas como estratégias de ação no mercado político eleitoral para garantirem sua sobrevivência.
Mair	<p><i>Partidos cartel</i>: distanciamento entre partidos e sociedade civil, estreita a relação das organizações partidárias com a estrutura de Estado e governo, com caráter de dependência cada vez mais acentuado.</p> <ul style="list-style-type: none"> Novos partidos surgiriam sob a lógica de potencializar recursos de elites políticas na negociação e distribuição dos recursos do aparelho estatal.
Panbianco	<p><i>Origem</i>: momento e maneira como se inicia e desenvolve a construção da organização são indispensáveis à compreensão da trajetória partidária;</p> <p><i>Carisma</i>: presença predominante ou ausência de líder carismático na formação do partido.</p> <p><i>Penetração e difusão territorial</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Penetração: um centro controla, incentiva e dirige o desenvolvimento das organizações locais do partido; - Difusão: elites locais constituem grupos e, então, associam-se a uma organização nacional; <p><i>Zonas de incerteza</i>: espaços permeados de jogos por recursos de poder em constante disputa importantes para garantir a sobrevivência da organização;</p> <ul style="list-style-type: none"> Contexto sociopolítico institucional sofre alterações e exige que haja respostas por parte dos partidos políticos. Ademais, com a insegurança sobre zonas de incerteza e conseqüente tendência à especialização, a criação de um novo partido pode ser vista como oportunidade para dar essas respostas, aumentando domínio de recursos e das zonas de incerteza em si.
Barnea e Rahat	<p>Partidos adaptam-se e modificam-se de acordo com as constantes transformações do ambiente social, político e eleitoral; graus de mudança e novidade variam, mas são inerentes à existência partidária para permanecer no jogo político. Sendo assim, a criação de novos partidos é mais um recurso para garantir a adaptação dos partidos, das elites políticas às transformações da sociedade.</p> <ul style="list-style-type: none"> Novos partidos: somente a mudança de sigla não basta para definir um novo partido, é preciso analisar mudanças de programa, bem como da composição da lista de candidatos (elites). Assim, pode ser analisado o nível de <i>newness</i> de um novo partido;
Sikk	<p><i>Novos partidos</i>: a relação entre mudanças sociais e surgimento de novos partidos não é necessariamente direta. Novos partidos não estariam relegados a espaços ainda não dominados no campo do jogo político, podendo competir em territórios de grupos políticos já estabelecidos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Newness</i> pode ser o objetivo em si para criação de novo partido, pois preocupação é mudar a dinâmica do fazer política, não a política em si. Quanto à relação com o eleitorado, “mudar para melhor” é mais facilmente explicado e traz menos ônus do que um programa de agenda específico.

3 O CASO PSD: UM NOVO PARTIDO NO BRASIL

3.1 Partidos e Estado: notas sobre a história do Brasil

Para confrontar os modelos explicativos sobre o surgimento de novas organizações partidárias com o caso específico do PSD, antes é preciso que sejam feitas algumas considerações sobre a história da formação dos partidos no Brasil. A maneira como os processos político-institucionais foram conduzidos ao longo da trajetória brasileira tem significativa influência no fenômeno partidário (sistema, partidos e novos partidos), principalmente no que diz respeito à centralidade do Estado. O protagonismo do aparelho estatal burocrático e seu perfil intervencionista são variáveis centrais em análises partidárias sobre o Brasil. Conforme afirma Maria do Carmo Campello de Souza (1983): “a estrutura estatal como condicionante na formação, evolução e atuação dos partidos políticos” (SOUZA, 1983, p. 42). Ou seja, o estudo de partidos brasileiros é indissociável de sua relação com o Estado.

Começando pelo Império, o Poder Moderador consistia na prerrogativa do Poder Executivo de interferir nos outros dois Poderes. Os partidos da época — Conservador e Liberal — foram gestados pelo governo, trazendo consigo marcas impostas por essa característica de origem. Assim, o caráter nacional das organizações foi garantido por meio de intervenção estatal, de controle institucional para garantir a união entre as distintas facções e dissidências intrapartidárias sob uma mesma legenda (FAUSTO, 1999). Quanto a esse quadro, podemos identificar traços das teorias de LaPalombara e Weiner ao notar uma crise de integração gerada pelas tensões entre as elites regionais, bem como de Duverger por uma associação dos partidos imperiais com o conceito de partido de quadros. Quanto às considerações de Mair sobre o processo de cartelização dos partidos, é preciso fazer um esclarecimento:

[...] os partidos do Império representavam fundamentalmente uma iniciativa do Estado e não uma reação de organizações frente ao descolamento com a sociedade civil. Ou seja, no nascedouro das legendas há um ‘vazio’ de enraizamento social e um Estado que as formata e

preenche antecipadamente (KRAUSE; GERARDI, 2013, p. 18).

Em 1889, a República é fundada sob instabilidade e pressão geradas pela disputa entre as oligarquias regionais, fazendo com que o enfoque do novo arcabouço institucional recaísse sobre as províncias (agora estados) e o federalismo fosse implantado. Assim, o arranjo partidário não exigia amplitude nacional, fazendo com que a vida política regional e aquilo que concerne ao executivo estadual fossem o cerne da vida político-partidária. A Primeira República, então, foi marcada pela autonomia dos estados e pela dependência nociva dos agentes políticos em relação ao aparelho estatal, como podemos citar o exemplo de tais práticas o coronelismo e o nepotismo (SOARES, 2001). Poderíamos dizer que já aqui os partidos agem como agências do Estado, tendo como principais recursos de poder aqueles advindos da relação com o governo.

A Revolução de 30 e o início da era varguista vêm justamente como resposta à descentralização e corrupção marcantes do período anterior, o que fomentou a ideia de manter o papel central e condicionante do Estado frente ao poder legislativo e estrutura partidária. Souza (1983) faz uma análise da trajetória partidária institucional brasileira quanto ao papel central dos partidos para o exercício de poder do Estado e relacionou a eficiência do sistema partidário enquanto entidade representativa ao menor nível de interferência do Estado e maior relação com a sociedade civil.

A existência prévia de uma organização estatal forte tem efeitos consideráveis sobre o desenvolvimento e a posterior configuração do sistema partidário. O peso funcional do sistema partidário será tanto maior quanto menos atuante a organização burocrática do Estado, visto que essa condição prévia facilita a articulação de interesses e clivagens, e a própria institucionalização do conflito, em termos partidários (SOUZA, 1983, p. 31).

Entre 1930 e 1945, Souza ainda destaca a presença de forte antipartidarismo, o qual se deve, particularmente, à incapacidade das elites de se organizarem de maneira eficaz devido aos seus vícios personalistas e clientelistas. Assim sendo, o aparelho de Estado incha e tem intenso controle sobre as instituições partidárias. Mesmo com a constituição de 1946 e a inauguração da democracia participativa no Brasil, as mudanças

implementadas não foram drásticas quanto à estrutura político-institucional do Estado Novo:

[...] se em 1945 foi deposto o Presidente Vargas, na liderança do processo de redemocratização do país manteve-se a mesma elite política que comandava o regime deposto e sob sua direção promoveram-se as primeiras eleições nacionais e a formulação da Carta Constituinte de 1946 que deixou praticamente intacto, em pontos cruciais, o arcabouço institucional do Estado Novo (SOUZA, 1983, p. 64).

Ou seja, mesmo com o sistema pluripartidário, as eleições diretas e a separação dos Poderes, o legislativo e os partidos em si permaneceram limitados perante o poder do Estado (SOUZA, 1983). Portanto, tanto os partidos pré Estado Novo quanto aqueles do pós-Vargas e seu poder eleitoral dependiam do acesso a cargos no governo para conseguir cooptar lideranças e manter sua estrutura de recursos: sobreviver, continuar no jogo.

O Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) compunham, junto com a União Democrática Nacional (UDN), o eixo principal do jogo político da época, girando em torno do controle estatal, mantendo a lógica estadocêntrica. Conforme Gláucio Soares (2001), o sistema partidário de 1946 não é novidade, mas sim herança da fase anterior: ambos ancorados em poder de dominação socioeconômica, o PSD representava os defensores da situação na época da ditadura e a UDN a oposição, já o PTB utilizou-se do aparelho sindical montado por Vargas num cenário de urbanização e industrialização para mobilizar a classe operária.

Para o PSD e a UDN, a redemocratização significou somente um trabalho de articulação, no nível nacional, de estruturas locais e estaduais *já montadas*; mas, para o PTB, representou a necessidade de organizar um partido político nacional a partir de bases precárias (SOARES, 2001, p. 66, grifo no original).

A falta de clara ruptura com a lógica de Estado e sistema partidário anteriores incentivou as críticas ao sistema pós 45 e o aumento dos temores sobre a suposta ameaça comunista; dessa forma, sob o sentimento antipartidário herdado da era getulista, os defensores do golpe de 1964 procuravam deslegitimar o ambiente democrático em vigor para justificar a usurpação do poder (LAVAREDA, 1991; SOARES, 2001). Durante a

ditadura militar, foram mantidos esquemas de eleição e partidos políticos, dando continuidade à tradição de intervenção estatal nesse âmbito da vida social. Logo no começo, o governo ditatorial cria dois partidos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) como representante da situação e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) enquanto oposição consentida, sendo que o fim do bipartidarismo só vem com a Lei Falcão, já no final da ditadura (FAUSTO, 1999).

A maneira como partidos e sistema partidário relacionaram-se com o Estado ao longo da história do Brasil tem reflexo direto no quadro atual. Mesmo com a instauração da nova democracia, as estruturas partidárias continuam orbitando em torno do executivo, seu controle sobre o aparelho de governo e os recursos de poder advindos deste é determinante para a escolha de suas estratégias. Com as mudanças sociais, políticas e institucionais e a crescente necessidade de adaptação dos partidos às novas realidades do eleitorado e arcabouço de governo, a criação de novas organizações partidárias surge como uma opção para as elites políticas, reforçando a perspectiva de dependência do aparelho estatal.

3.2 Sobre o PSD: contexto e origem

Ricardo Mendes Ribeiro e Sergio Simoni Junior (2013) associam o surgimento do PSD diretamente ao fracasso do processo de refundação do Partido Frente Liberal (PFL). Nesse sentido, por a conjuntura política nacional vir apontando na direção de possível duradoura hegemonia do Partido dos Trabalhadores (PT), houve enfraquecimento dos partidos de oposição. Enquanto o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) tem problemas de disputas internas polarizadas nas figuras de José Serra e Aécio Neves, o PFL vê suas bases eleitorais comprometidas pelo avanço petista no nordeste do país (RIBEIRO; SIMONI, 2013). Assim, pela primeira vez fora da estrutura governista, para manter- no jogo, o PFL se empenha numa jornada para refundar o partido trocando o nome da legenda para Democratas (DEM) (RIBEIRO, 2012). Conforme os autores, ao adotar o nome DEM, as antigas elites dirigentes passaram seus cargos para um novo grupo: Gilberto Kassab como presidente do Conselho Político e Rodrigo Maia na presidência do partido. Essas

duas lideranças acabaram por representar duas facções internas, por exemplo: enquanto Kassab apoiava o nome de Serra como candidato à presidência, Maia investia em Aécio. Além das diferenças entre preferências políticas, o ponto principal da animosidade residia na disputa pelo controle do partido (RIBEIRO; SIMONI, 2013). Com o aumento de disputas internas e da divergência entre as principais lideranças do partido somado à tensão de não ter acesso à estrutura de governo, muitos nomes importantes do DEM começaram a procurar alternativas. Destarte, enquanto alguns parlamentares migraram para legendas governistas como PT e PMDB, outro grupo uniu-se em torno na ideia de um novo partido: o PSD. “É interessante notar que a ação do PSD representa o fecho do ciclo de decadência do PFL/DEM, que começou e pode terminar da mesma maneira: com a saída expressiva de políticos na direção de uma legenda de perfil governista” (RIBEIRO, 2012, p. 29).

Assim, em março de 2011, Gilberto Kassab (prefeito de São Paulo) e Guilherme Afif Domingos (vice-governador de São Paulo) começaram as primeiras movimentações para a fundação do novo PSD, afirmando que “seria um partido de centro, moderno, livre de dogmas e ideologias superadas, atento ao que realmente traz desenvolvimento econômico e social” (PSD, 2013b, online). O registro foi oficializado na Justiça Eleitoral no dia 27 de setembro de 2011, permitindo que o partido já concorresse nas eleições de 2012. Como resultados, o PSD elegeu o quarto maior número de prefeituras (497 municípios), bem como foi o partido que teve o maior percentual de candidatos eleitos (45,3% do total) (PSD, 2012). Além disso, atualmente, o partido conta com a quinta maior bancada na Câmara dos Deputados, composta por 44 parlamentares (BRASIL, 2013).

As principais lideranças da nova legenda antes pertenciam a partidos de oposição ao governo federal (DEM e PSDB) e um dos seus maiores desconfortos residia na postura “sempre contra” que seus antigos partidos adotavam, fazendo com que a ideia do PSD fosse de independência (LIMA, 2011a, p. A10; RODRIGUES, 2011). Essa independência refere-se não só aos posicionamentos frente às posturas do executivo nacional, como também às políticas de alianças e coligações eleitorais nos estados e municípios em relação umas às outras. Com isso, a margem de manobra e negociação política amplia-se de maneira significativa, fazendo com que mesmo aqueles com posicionamento mais aguerrido prefiram o rótulo de partido independente, conforme

afirmou Índio da Costa, deputado federal pelo Rio de Janeiro e um dos fundadores do partido: “O PSD é uma criança que ainda está na barriga da mãe. Não seremos do contra, como muita gente na oposição. O que for a favor do Brasil, apoiaremos.” (MAGALHÃES; NERY, 2011, p. A4). Também nesse sentido, as diretrizes do partido são bastante amplas, defendendo desde a iniciativa e propriedade privadas como instrumentos de uma economia de mercado sem a qual não é possível solucionar problemas sociais, até um Estado forte, regulador e provedor de políticas sociais de auxílio às camadas mais carentes da população (PSD, 2011a). Podemos perceber, então, o novo PSD enquanto legenda com acentuada maleabilidade em discursos, diretrizes e programa.

Ainda quanto ao ambiente em que o PSD surgiu, Ribeiro e Simoni destacam os condicionantes institucionais envolvidos na questão. As leis 9.096/95 e 9.504/97 legislam especificamente sobre os partidos e as eleições brasileiros. Nestas, estão previstos partidos de caráter nacional⁴, o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário), o Horário Público Gratuito Eleitoral (HPGE), dentre outros. Não só essa legislação foi determinante para o marco legal vigente na época da criação do PSD, mas também decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF) foram essenciais. A primeira delas foi a Resolução do TSE nº 22.610/25.10.2007 declarando que os mandatos eletivos tanto do legislativo, quanto do executivo pertencem aos partidos (TSE, 2007). Essa resolução vem com o intuito de conter o alto fluxo de migração partidária, pois só não perderiam os mandatos por troca de legenda aqueles políticos eleitos que o fizessem por: “incorporação ou fusão do partido, a criação de novo partido, a mudança substancial ou o desvio reiterado do programa partidário vigente no momento da eleição e a grava discriminação pessoal ocorrida no interior do partido.” (RIBEIRO; SIMONI, 2013, p. 13). A partir dessa mudança, se por um lado procurava-se conter a migração partidária, por outro se criou um incentivo à criação de novos partidos.

Esse estímulo às novas legendas, contudo esbarrava nas regras de divisão dos recursos do Fundo Partidário e do tempo de TV, os quais priorizam os partidos de acordo

⁴ “Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove o apoio de eleitores correspondente a, pelo menos, meio por cento dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de um décimo por cento do eleitorado que haja votado em cada um deles” (BRASIL, 1995, Art. 7º, §1).

com o tamanho da representação obtida no último pleito realizado. Devido a isso, por não ter participado das eleições de 2010, o PSD foi considerado como pertencente ao grupo de partidos sem representação eleita para a Câmara dos Deputados e direito ao acesso de somente 5% do Fundo Partidário. Com isso, percebemos que o sistema prioriza os partidos já estabelecidos, “Since the allocation of money is in some way based on previous election results, parties that did not compete in the last election — typically, new parties — will be disadvantaged.” (BOLIN, 2007, p. 6).

No entanto, com Acórdão do TSE de junho de 2012, o PSD estaria apto a participar do rateio dos outros 95% da verba⁵ proporcionalmente ao tamanho de sua bancada (mesmo que os deputados fossem migrantes) (TSE, 2012). Ao encontro dessa decisão, nesse mesmo mês, o STF permitiu a participação do PSD na divisão dos dois terços do Horário Público Gratuito Eleitoral (HPGE) — porcentagem destinada, também, aos partidos com representação na Câmara de Deputados.

3.3 Teorias sobre o surgimento de novos partidos e o caso PSD

Após o debate sobre como a literatura explica o surgimento de novos partidos, para analisar como as teorias podem ser aplicadas ao caso do PSD, primeiro foi preciso fazer uma ressalva a respeito da relação que o Estado brasileiro tem com partidos e sistema partidário ao longo de nossa história. Em seguida, foi dada atenção para o contexto político e institucional que envolveu o momento de criação do PSD. Sendo assim, a análise do caso pessedista será feita levando em conta esse cenário e de acordo com o Quadro 2 apresentado no primeiro capítulo, o qual resume os conceitos das principais teorias aqui trabalhadas sobre o tema.

À luz de Panebianco (2005), o primeiro ponto a ser destacado é a importância de estudar a trajetória, a gênese de um partido para compreender suas características e comportamentos. Ao debruçar-nos sobre o momento de criação do PSD, podemos

⁵ “Art. 41-A. 5% (cinco por cento) do total do Fundo Partidário serão destacados para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral e 95% (noventa e cinco por cento) do total do Fundo Partidário serão distribuídos a eles na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.” (BRASIL, 2007, Art. 1º).

identificar algo semelhante à definição de partidos de quadros de Duverger (1970), o qual é definido por sua dinâmica de origem interna ao jogo institucional, um movimento liderado por atores que já estão dentro do jogo político parlamentar e visam a manter seu espaço e eleitorado. A criação do PSD foi liderada em suma por indivíduos que já possuíam cargos eletivos, portanto não sendo fruto de uma identificação profunda com algum setor ou bandeiras da sociedade civil, mas sim uma estratégia dessas elites políticas.

O novo PSD surge em um contexto nacional de hegemonia petista, quadro econômico favorável e sucesso das políticas sociais e de redistribuição de renda. Soma-se a esse quadro o arranjo institucional de presidencialismo de coalizão, o qual se configura pela necessidade de o executivo federal estabelecer alianças interpartidárias suficientes para conseguir garantir governabilidade (ABRANCHES, 1988). Esse comportamento seria fruto da combinação de um sistema eleitoral proporcional, incentivo à existência de vários partidos e arcabouço institucional que dá muitos poderes — inclusive legislativos — ao executivo (RENNÓ, 2007). Porém, contradizendo as expectativas, ao invés de o presidencialismo de coalizão desembocar em indisciplina partidária e paralisia decisória, o que se constata é alto nível de disciplina e disposição dos partidos e parlamentares à cooperação com o executivo (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999). Ou seja, não podemos atrelar o surgimento pessedista de 2011 com um ambiente instável de acentuadas crises de legitimidade ou de participação — conforme LaPalombara e Weiner (1966) —, pois o que percebemos é um quadro de relativa estabilidade na política brasileira.

Por outro lado, a nova democracia e os avanços sociais conquistados fizeram com que os partidos brasileiros atenuassem suas ligações com setores específicos da população, indo na direção do perfil do tipo de partidos *catch all* conceituados por Kirchheimer (1980). Em outras palavras, a partir do momento em que o eleitor mediano deixa de procurar cultivar uma identidade partidária ideológica, os partidos adotam como estratégia uma relação mais volátil com a sociedade civil, buscando aumentar suas possibilidades de garantir seu espaço em ambiente gelatinoso. Adotar uma postura *catch all*, portanto é uma opção dos atores políticos frente ao mercado eleitoral. Pela mesma linha de raciocínio, vista a progressiva perda de identidade dos partidos com seu eleitorado — fazendo com que esta não seja mais suficiente para garantir sucesso no jogo —, os

partidos novamente se adaptaram e aproximaram-se da estrutura de Estado para protegerem-se. Então, o tipo estabelecido como *partidos cartel* de Mair (1994) retrata os partidos brasileiros quanto a sua íntima e tradicional relação com o aparelho estatal já destacada por Souza (1983). Nesse sentido, compor o governo e partilhar do controle da máquina de Estado podem ser encarados como o cerne para garantir a sobrevivência de um partido. Assim, o PSD é fundado sob discursos de lideranças negando posicionamentos ideológicos, criticando posturas deterministas frente ao governo federal e defendendo o respeito às realidades regionais (RIBEIRO; SIMONI, 2013).

Assim, o PSD, provavelmente, além de apoiar o governo Dilma Rousseff, será aliado do PSDB, em Minas Gerais, no Paraná e em São Paulo; do PT na Bahia; do PMDB no Rio de Janeiro e no Maranhão; do PSB em Pernambuco e no Ceará, e assim por diante. Ou seja, tal como seu homônimo do período 45-64, o atual PSD pretende ser “uma ostra incrustada no casco da nau do Estado”. (RIBEIRO, 2012, p. 29).

Tendo em conta a lógica de cartel e de partidos de origem interna, podemos utilizar o conceito de zonas de incerteza de Panebianco (2005), bem como os processos de formação do PFL e do PSDB para compreender a dinâmica através da qual surge o novo PSD. Conforme Lavareda (1985), o PFL surge a partir do desentendimento entre facções internas do então Partido Democrático Social (PDS). Ainda conforme o autor, a criação de uma nova legenda foi oportuna para descolar a imagem de um grupo que estava associado à defesa da ditadura e acabou proporcionando sua permanência no poder. O PFL surge majoritariamente composto por políticos advindos do PDS e conquista excelentes resultados nas primeiras eleições disputadas, chegando a ser o segundo maior partido do país – com enfoque para o desempenho no nordeste (TAROUCO, 1999). O PSDB, por sua vez, não nasce tão grande quanto o PFL e alega questões ideológicas como motivação da cisão com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); entretanto, além da defesa de um perfil mais social-democrata, Roma (2002) chama atenção para a consecutiva limitação de espaço e poder a que as lideranças fundadoras do PSDB foram submetidas enquanto ainda pertenciam ao PMDB nos âmbitos regionais e nacional, bem como o interesse destes pelo mercado de eleitores que estavam descontentes com o governo federal.

Percebe-se que, tanto no caso do PFL quanto do PSDB, houve uma combinação de fatores nacional e estaduais que insuflaram as disputas pelas zonas de incerteza [...] Derrotados por facções majoritárias, os dissidentes resolveram fundar novos partidos, sem perder de vista que, a bordo de novos partidos, possuíam perspectivas mais promissoras de alcançar o poder no âmbito federal e estadual (RIBEIRO; SIMONI, 2013, p. 18).

As disputas entre elites pelo domínio das zonas de incerteza no contexto brasileiro de predominância petista nacional convivendo com hegemonias regionais de diferentes legendas abrem espaço para que a criação de novos partidos seja estratégia interessante para ocupar posição com maiores possibilidades de negociação dentro do jogo. Assim, extrapolando a lógica de Panebianco, a perda massiva de poder de lideranças — como Kassab — dentro do DEM atreladas ao cenário político brasileiro de 2011, poderíamos analisar a criação do PSD como a estratégia de um grupo que estava à margem das disputas principais para potencializar sua ação nas zonas de incerteza. De forma mais objetiva, a possibilidade de manusear forças e recursos de poder apresentava-se mais interessante com a criação de uma nova organização partidária do que continuar investindo nas desgastantes competições internas das antigas legendas. Exemplo desse raciocínio foi a adesão de Henrique Meirelles às fileiras do PSD: ex-presidente do Banco Central enquanto filiado ao PMDB, foi descartado como indicação para a vice-presidência na chapa do PT, trazendo para o novo partido seu grande potencial como liderança partidária com imagem associada à figura de Lula e interessante para arrecadação de recursos (LIMA; SADI, 2011). Sendo assim, como tratamos os atores políticos enquanto agentes racionais, suas atitudes são direcionadas para objetivos específicos e acionam estratégias também específicas; então, a trajetória de ação para criação PSD pode ser compreendida através do seguinte olhar:

From the assumption that new parties are vote-seekers follows that the parties are acting in a manner that they think is the most effective to obtain enough votes to get into the parliament. Given this, it is of interest to ask what parties are doing to meet this goal. What *strategies* do the new party form to achieve its goal? A strategy is here defined *as a plan to achieve a goal* (cf. Sjöblom 1968: 30). Hence, a strategy is a conscious decision. The focus is therefore on the choices

of strategies that new parties do to form their actions (BOLIN, 2010, p. 7, grifo no original).

Ademais, Panebianco (2005) ainda afirma que a dinâmica a partir da qual as elites conduziram o processo de estruturação partidária é fundamental: *penetração* remete a um centro que controla e incentiva o desenvolvimento das periferias e *difusão* se dá quando elites locais se articulam individualmente para depois associarem-se a uma organização nacional. Todavia, as lógicas de penetração e difusão não são excludentes, conforme podemos perceber nos processos de PFL e PSDB, tanto quanto nos primeiros passos do PSD ilustrados na afirmação de Afif: “Nós vamos crescer com nossas alianças. As pessoas podem esperar do PSD um grande arco de aliados nas diversas regiões do país” (LIMA, 2011b, p. A11).

Portanto, assumindo que a criação do PSD não é fruto da necessidade de incorporação de novos setores ou demandas sociais ao âmbito político-institucional formal, aqui é encarada como estratégia de um grupo político buscando manter-se no jogo e melhorar seu desempenho. Assim, além de buscar melhores condições de disputa pelo controle das zonas de incerteza, as elites do PSD também têm como estratégia *newness* enquanto fim: sua preocupação é mudar a dinâmica de sua estratégia do fazer política, não esta em si (SIKK, 2012). Tendo *newness* enquanto objetivo, os posicionamentos ideológicos não são prioridade, a mudança é vista como fim em si mesma, sem relação direta exigida com alterações programáticas, por exemplo (SIKK, 2012). Por fim, afirmar *newness* como estratégia não basta, pois a adaptação é requisito natural para garantir a sobrevivência de uma organização partidária; ou seja, é preciso que seja avaliado o nível de *newness*, seus graus de mudança e novidade (BARNEA; RAHAT, 2010). Esse exercício de análise teórico-qualitativa é feito no próximo capítulo conforme os indicadores presentes no Quadro 1 sobre *measurement of newness*.

4 O NÍVEL DE *NEWNESS* DO PSD: UMA ANÁLISE TEÓRICO-QUALITATIVA

O enfoque desse trabalho repousa sobre uma reflexão de como a literatura da Ciência Política explica o surgimento de novos partidos e um esforço de análise do caso pessedista de acordo com esse aparato teórico. Os autores que tratam sobre a criação de novas organizações partidárias, entretanto trazem uma série de outras questões que envolvem esse fenômeno, tal qual o sucesso alcançado por essas novas legendas e o grau de *newness* de um novo partido. Com o intuito de compreender mais detalhadamente o processo e as características do PSD, será examinado o nível de *newness* através da proposta de Barnea e Rahat (2010). Tendo em vista uma metodologia de estudo que se aplique melhor ao caso pessedista, foram construídos indicadores a partir das variáveis propostas pelos autores. Todavia, é importante ressaltar que essa análise não pretende ser uma operacionalização quantitativa minuciosa, mas sim um exercício de síntese priorizando a discussão da operacionalização de indicadores e articular as considerações já feitas nesse trabalho. Para uma melhor articulação da avaliação de *newness*, cada aspecto proposto pelos autores foi dividido em três indicadores, os quais poderiam ser correspondentes a: partido novo, partido misto (com elementos de *newness* convivendo com traços antigos) e partido antigo.

Sendo assim, a seguir serão explicitados os critérios escolhidos para a construção dos indicadores utilizados acrescentados àqueles já estabelecidos por Barnea e Rahat para analisar o nível de *newness*. Quanto à face partido e eleitorado, a nomenclatura da legenda foi operacionalizada de acordo com seu grau de inovação: se é um nome completamente novo, com resquícios de legendas antigas ou nome antigo (reativação de antiga legenda: nome, ideologia, programa e propósitos). Ideologia foi separada conforme a contemplação de demandas enquanto bandeiras já defendidas por outros partidos em totalidade, parcialmente ou de nenhuma forma. O eleitorado, por sua vez, é analisado sob a égide de sua identificação específica com determinada legenda, ou seja: se os eleitores identificam-se especificamente com o novo partido, se o eleitorado é composto por grupos com identificação específica e também migrantes de outras legendas (acompanhando lideranças, por exemplo) ou eleitorado em totalidade é migrante.

Na face partido como organização, o primeiro indicador é status legal/formal, o qual é definido pelo registro da organização partidária como novo partido ou não. Sobre as instituições internas, avalia-se se as instituições e procedimentos internos adotados refletem total, parcialmente ou de forma alguma aquelas que são tradicionais aos partidos já existentes. O indicador que se refere aos militantes, no mesmo sentido do eleitorado, é operacionalizado de acordo com sua relação específica com o novo partido, uma mistura entre grupos com relação específica e migrantes de outros partidos ou grupo completamente migrante (militância composta por indivíduos que acompanharam as lideranças vindas de legendas antigas, por exemplo). A face partido incumbente — ou partido no governo — classifica o indicador representantes quanto à composição da lista de candidatos: maioria de *insiders*, *outsiders* ou grupo misto. Por fim, o programa é avaliado em relação à contemplação de políticas públicas e *issues* já encontradas total, parcial ou de forma nenhuma nos programas defendidos por partidos antigos. Esse exercício está resumido abaixo, no Quadro 3.

Quadro 3 — Indicadores para análise de nível de *newness*

Face do Partido	Critério	Indicadores
Partido e eleitorado	Nomenclatura da Legenda	<ul style="list-style-type: none"> • Nome completamente novo • Nome com resquícios de legendas antigas • Nome antigo (reativação de antiga legenda)
	Ideologia	<ul style="list-style-type: none"> • Bandeiras não contempladas por partidos existentes • Bandeiras parcialmente contempladas por partidos existentes • Bandeiras já contempladas
	Eleitorado	<ul style="list-style-type: none"> • Eleitorado específico • Mistura entre eleitorado específico e eleitorado migrante de outras legendas • Eleitorado antigo (migrante de outra legenda)
Partido como organização	Status legal/formal	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecido legalmente como novo • Em processo de reconhecimento • Não reconhecido como novo (partido antigo)
	Instituições internas	<ul style="list-style-type: none"> • Novas instituições e procedimentos internos • Mistura entre novas e antigas instituições

		<ul style="list-style-type: none"> • e procedimentos internos • Antigas instituições e procedimentos internos
	Militantes	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de militantes específico • Mistura entre grupos de militantes específicos e antigos grupos • Antigo grupo de militantes
Partido incumbente	Representantes	<ul style="list-style-type: none"> • Maioria de candidatos e parlamentares insiders • Mistura entre insiders e outsiders • Maioria de candidatos outsiders
	Programa	<ul style="list-style-type: none"> • Maior parte do programa não contemplado por legendas existentes • Programa parcialmente contemplado por legendas existentes • Programa contemplado por legendas existentes

Fonte: elaboração própria.

4.1 Partido no eleitorado

4.1.1 NOMENCLATURA DA LEGENDA

A legenda do partido criado por Kassab poderia ser classificada como “nome com resquícios de legendas antigas”. Mesmo que em seu discurso, Kassab tenha dito que a sigla PSD foi escolhida porque o partido será desenvolvimentista a exemplo do ex-presidente Juscelino Kubitschek, que era membro de uma legenda com o mesmo nome (KASSAB..., 2011, online), não é possível identificar uma relação forte do novo partido com a antiga legenda. Isso pode ser constatado através da análise das notícias e discursos das lideranças à época da fundação do partido, os quais não fazem referência, em sua maioria, à ligação da nova organização partidária com o antigo partido da primeira democracia brasileira.

No entanto, mesmo que a relação não seja direta, é interessante trazer alguns aspectos do PSD fundado na década de 40, após o fim da ditadura do Estado Novo. Conforme Soares (2001), o PSD foi criado a partir de um processo de fora para dentro, massivamente composto por interventores e prefeitos nomeados direta ou indiretamente pelo governo Vargas. Corroborando com a perspectiva de Panebianco sobre a relevância da

origem na consolidação de características que influenciam na trajetória partidária, Soares destaca algumas características do partido:

- A liderança, em cada estado, foi exercida por políticos com experiência administrativa; [...] dentro de cada estado o PSD iniciou sua vida política coeso;
- Em cada estado, as lideranças municipais tiveram fortíssimo peso no partido;
- As bases estaduais e municipais do partido limitavam o poder da Executiva Nacional;
- O partido foi criado como um partido de *quadros*, e não como um partido de *massas*; entretanto, o grau de verticalidade era muito limitado, devido à forte influência dos estados e dos municípios. Assim, o PSD não era nem um partido de massas (como o PT), nem um partido de quadros de base nacional. O PSD não se encaixa na dicotomia massas-quadros. Era um partido de quadros, como o PSDB, mas de bases locais e estaduais. (SOARES, 2001, p. 86).

Ao colocar antigo e novo PSD em paralelo, conseguimos identificar algumas semelhanças além do nome compartilhado. O antigo PSD era composto, poderíamos dizer, pela parcela oligárquica de apoio a Vargas durante o Estado Novo e, durante a primeira democracia, compunha coligação e governo ao lado do PTB (SOARES, 2001). Ademais, devido ao protagonismo de lideranças regionais e municipais, constata-se uma “evolução muito mais ‘federativa’ do que efetivamente nacional.” (SOUZA, 1983, p. 115). Tal perfil pode ser identificado com a ambição dos fundadores do novo PSD em aproximar-se da estrutura de Estado, não buscando profundas relações ideológicas ou de identidade com a sociedade civil. Ou seja, fazer parte do governo é uma prioridade, permitindo com que as realidades locais sejam respeitadas, ampliando o poder de estabelecimento de alianças do partido.

4.1.2 IDEOLOGIA

Começamos a análise desse indicador com a afirmação de Kassab sobre o PSD não ser de esquerda, direita ou centro, mas sim defender um programa que seja a favor do Brasil (AE, 2011). Os princípios e as diretrizes do partido são compostos, basicamente, por

questões e bandeiras já amplamente defendidas por outros partidos: como defesa do meio ambiente e liberdade de expressão e imprensa. Destarte, podemos classificá-lo como defendendo bandeiras já contempladas pelos partidos antigos. Porém, dois pontos enfatizados nos documentos pessedistas merecem destaque devido ao certo grau de singularidade: a defesa da descentralização e subsidiariedade e do voto distrital. Quanto a esses fatores, o PSD defende:

3. Democracia e voto distrital

A democracia, para cumprir o seu papel de assegurar a vontade do povo, necessita aproximar o eleitor do eleito, permitindo ao cidadão acompanhar e fiscalizar a atuação dos políticos. O voto distrital é a melhor forma de assegurar esse objetivo. [...]

10. Descentralização e subsidiariedade

Defendemos uma federação justa, que descentralize sua atuação, repartindo os poderes e recursos com Estados e Municípios, dentro do princípio da subsidiariedade. Tudo o que puder ser bem feito por uma entidade menor não deve ser feito por uma entidade maior.

O que puder ser feito pelos cidadãos deve ser feito por eles;

O que eles não puderem fazer deve ser feito pelo município;

O que o município não puder fazer deve ser feito pelo Estado.

Ao governo federal caberá fazer apenas aquilo que não puder ser feito nos âmbitos individual, municipal ou estadual (PSD, 2013a, online).

4.1.3 ELEITORADO

Este indicador é difícil de ser analisado, não só pela estruturação e construção do banco de dados, como também pelo cuidado necessário para operacionalizá-lo. Como identificar quantitativamente como é constituído o eleitorado específico do PSD? Além disso, como garantir que um ator político conseguiria transferir determinada porcentagem de seus votos para a nova legenda? Caso fizéssemos uma extrapolação, poderíamos dizer que muitos dos votos pessedistas migraram do DEM, visto o grande número de prefeituras de cidades pequenas conquistadas pelo partido (RIBEIRO; SIMONI, 2012), o que antes era território demista. No entanto, mesmo que classifiquemos o PSD enquanto possuidor de uma mistura entre eleitorado específico e eleitorado migrante de outras legendas, o que

permanece é um desafio para uma operacionalização viável do indicador.

4.2 Partido como organização

4.2.1 STATUS LEGAL/FORMAL

O movimento de lideranças tendo em vista a criação do novo partido começou em 18 de março de 2011, sendo o pedido de registro feito em agosto e o registro nacional deferido pelo Tribunal Superior Eleitoral em 27 de setembro do mesmo ano (PSD, 2013b). Ou seja, o PSD é reconhecido legalmente como novo, mesmo que possua o mesmo nome de um antigo partido.

4.2.2 INSTITUIÇÕES INTERNAS

O estatuto do PSD prevê órgãos de deliberação especial (convenções e diretórios), de direção (comissões executivas e provisórias), de ação política e órgãos auxiliares (conselho fiscal, de ética e procuradoria jurídica) (PSD, 2011b). Portanto, por manter as mesmas configurações utilizadas pelos partidos em geral, o PSD pode ser classificado como estruturado por antigas instituições e procedimentos internos, mesmo que a constituição dê ampla autonomia para partido ter espaço de inovação organizativa e participativa.

É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária (BRASIL, 2006, Art. 1º).

4.2.3 MILITANTES

Nesse indicador, a dificuldade reside em operacionalizar o perfil da militância

sem dados adequados. Um simples cálculo comparativo com o número de baixas e adesões de outros partidos não seria suficiente, por exemplo. Para avaliar mais criteriosamente, a utilização de métodos qualitativos como entrevistas seria interessante. Não obstante, no campo da extrapolação, poderíamos dizer que o PSD é composto por um antigo grupo de militantes, os quais teriam acompanhado as elites que o formaram.

4.3 Partido incumbente

4.3.1 REPRESENTANTES

O raciocínio teórico desenvolvido até aqui assume que o PSD é um partido de origem interna e a perspectiva de que foi criado a partir da estratégia de um grupo de atores de elite política para aumentar seu domínio sobre recursos de poder e zonas de incerteza. Sendo assim, podemos classificar seu quadro de representantes como composto por maioria de candidatos e parlamentares *insiders*.

4.3.2 PROGRAMA

Sob a mesma lógica utilizada para analisar ideologia, o programa do PSD não traz nenhuma grande inovação. Antes do que isso, permanece em sua postura de não se fidelizar a determinada ideologia, defendendo um programa de governo que pretende abraçar todas as camadas da população, desde o empresário até o operário. Ou seja, possui um programa já contemplado por legendas existentes.

4.4 Sumário

Por fim, após análise do caso pessedista sob os indicadores do nível de *newness*, o Quadro 4 é um resumo das classificações escolhidas. É indispensável ressaltar, mais uma vez, que essa análise consiste em um exercício complementar às reflexões teóricas visando a operacionalizar variáveis e auxiliar uma melhor compreensão das dinâmicas e

características do surgimento do PSD.

Quadro 4 — PSD e os indicadores de *newness*

Partido e eleitorado	Nomenclatura da Legenda	Nome com resquícios de legendas antigas
	Ideologia	Bandeiras já contempladas
	Eleitorado	Mistura entre eleitorado específico e eleitorado migrante de outras legendas
Partido como organização	Status legal/formal	Reconhecido legalmente como novo
	Instituições internas	Antigas instituições e procedimentos internos
	Militantes	Antigo grupo de militantes
Partido incumbente	Representantes	Maioria de candidatos e parlamentares <i>insiders</i>
	Programa	Programa contemplado por legendas existentes

Fonte: elaboração própria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a Ciência Política explica o surgimento de novos partidos?

A literatura de Ciência Política divide as explicações sobre o surgimento de novos partidos em três grandes eixos: transformações socioestruturais, contexto institucional e dinâmicas dos atores (KESTLER; KRAUSE; LUCCA, 2013). Na literatura clássica, quanto às transformações sócio-estruturais, Duverger (1970) estabelece uma tipologia de partidos quanto à origem interna ou externa, compreendendo que a criação dos partidos aconteceu devido à necessidade de incorporar novos atores sociais no jogo político parlamentar e das elites *insiders* de adaptarem-se ao novo tipo de sufrágio e eleitorado. LaPalombara e Weiner (1966) corroboram com essa perspectiva, mas apontam que um ambiente de crises político-sociais também incentivaria uma disposição no sentido de incentivar a criação de organizações partidárias. Quanto ao surgimento de novos partidos nas democracias contemporâneas, o raciocínio dos autores pode ser aplicado àquelas legendas que representam novas bandeiras da sociedade, novas *issues*, tais quais os partidos verde (MIGAGLIOTA, 2012).

Além das pressões sociais pela contemplação de demandas específicas, a relação dos partidos com a sociedade civil também influencia a maneira como as organizações e as elites políticas se comportam. Enquanto os partidos tipo *catch all* constituem-se a partir de um afastamento de clivagens sociais específicas e aproximação com grupos diversos (KIRCHHEIMER, 1972), os partidos tipo cartel aproximam-se e estreitam seus laços com a estrutura de Estado como resposta ao afastamento dos partidos da sociedade civil como um todo (MAIR, 1994). Sob essa lógica, o surgimento de novos partidos poderia ser visto como estratégia escolhida pelos atores políticos para ampliar o eleitorado ou facilitar o acesso ao aparelho de Estado e governo.

Quanto às condições institucionais, Bolin (2010) destaca o quão relevante é o sistema eleitoral no que tange a criação e o sucesso de novos partidos. O autor destaca que o sistema eleitoral é mais abrangente do que as regras que convertem votos em cadeiras no parlamento ou cargos no executivo, mas sim englobam questões de financiamento de campanha, acesso às mídias e regulamentações de coligações, por exemplo. Nessa mesma

linha, Willey (1998) afirma a importância do arcabouço institucional para o tamanho dos partidos já instituídos e para a criação e sucesso de novas legendas. Por isso, o autor ainda diz que as elites políticas analisam o cenário político-institucional e, de acordo com o contexto encontrado, podem identificar na criação de um novo partido estratégia construtiva para alcançar sucesso eleitoral.

Adentrando o raciocínio sobre a dinâmica dos atores, Panebianco (2005) enfatiza a importância de analisar a origem de um partido por ser fator determinante para suas características e trajetória posteriores. Mesmo que não trate diretamente sobre o surgimento de novos partidos, os conceitos de recursos de poder e zonas de incerteza são caros à compreensão desse fenômeno. Conforme o autor, as zonas de incerteza são os espaços do jogo político em constante disputa e que são indispensáveis à sobrevivência dos partidos. Os recursos de poder, por sua vez, são os aqueles acionados pelos atores no intuito de exercer domínio sobre essas zonas de incerteza, bem como em todas as relações políticas. À luz de Panebianco, portanto, consideramos que elites insatisfeitas com suas atuais posições e recursos de poder poderiam enxergar na criação de novos partidos uma forma de aumentar seu domínio sobre as zonas de incerteza.

Barnea e Rahat (2010) defendem que os partidos estão em constante mudança para adaptarem-se ao ambiente em que estão inseridos, fazendo com que novos partidos possam ser vistos como mais uma estratégia adotada pelas elites visando à adaptação. Nesse sentido, sendo o processo de transformação constante, somente a criação de uma nova sigla não serve para configurar um novo partido, mudanças de programa e na composição da lista de candidatos também são fatores relevantes. Em outras palavras, *newness* pode ser mensurada em graus, níveis, mas não de maneira dicotômica (“possui *newness* ou não”). Seguindo esse mesmo viés, Sikk (2012) defende que o surgimento de novos partidos não está necessariamente associado às pressões geradas por mudanças sociais, mas sim pode ser o objetivo em si das elites para criar um partido.

Como as teorias disponíveis podem explicar o caso do PSD?

A partir da hipótese exploratória de que o PSD não surge como resposta a transformações ou insurgência de novas demandas sociais, encontramos indícios de que

podemos associar a criação do PSD com uma estratégia de elites políticas visando a aumentar seus recursos de poder e competição dentro das zonas de incerteza através de uma estratégia de *newness* como fim em si mesma. O contexto em que o PSD é criado envolve a história político-partidária brasileira marcada pelo caráter centralizador e intervencionista do Estado e um contexto institucional que favoreceu não só a criação do PSD, como também seu nascimento já enquanto grande legenda. A relação entre partidos e Estado é marcada pela preponderância do executivo na vida partidária, não só no que diz respeito às regulamentações formais, mas também à dependência do aparelho estatal e de governo para sua sobrevivência. Sobre as questões institucionais, a emenda permitindo que os políticos permanecessem com seus mandatos caso aderissem a uma nova legenda, as resoluções do TSE e da Justiça Eleitoral determinando que o PSD poderia participar da distribuição dos 95% do Fundo Partidário e do tempo de mídia do HPGE foram determinantes para o surgimento e desempenho inicial do partido.

Levando em conta a colocação de Panebianco acerca da importância de examinar o momento de criação do partido, ao analisarmos o momento de gênese pessedista, podemos identificar um movimento de elites *insiders*, portanto semelhante à definição de partidos de origem interna proposta por Duverger. Contudo, devido ao cenário de relativa estabilidade, não podemos associar o caso pessedista a um contexto de crises conforme as proposições de LaPalombara e Weiner.

Sobre posicionamentos partidários, lideranças pessedistas afirmam adotar uma postura ideológica “a favor do Brasil” — ou seja, fora dos moldes esquerda, centro, direita —, criticam a oposição sempre “do contra” em relação ao governo federal e defendem o respeito às realidades regionais e locais. Dito isso, podemos identificar estratégias de tipo *catch all* e *cartel*: o partido aumenta suas possibilidades de aproximação com o eleitorado ao não assumir identidade ideológica predefinida e amplia suas possibilidades de aproximação com estruturas de Estado ao não estabelecer um padrão dicotômico para suas posições e estratégias políticas.

Adiante no raciocínio, ao analisar o movimento inicial de lideranças para a composição do PSD, percebemos que a maioria deste grupo é composta por atores insatisfeitos com suas situações e possibilidades dentro de seus partidos de origem, bem

como alguns estão envolvidos em disputas internas por poder. Sendo assim, assumimos que o surgimento do PSD não é fruto de pressões geradas pela insurgência de novas demandas sociais, mas sim de uma estratégia elaborada por elites políticas pretendendo manter-se no jogo e melhorar seu desempenho. Em outras palavras, poderíamos dizer que a iniciativa pessedista relaciona-se com a busca de elites políticas por maior domínio sobre recursos de poder e zonas de incerteza. Além disso, é possível identificar traços de uma estratégia de *newness*, com posicionamentos ideológicos sem destaque e a mudança considerada como fim em si mesma, sem relação direta exigida com alterações programáticas profundas.

Por fim, através do exercício de análise do nível de *newness* do PSD, indicadores como eleitorado e militantes foram complicados de operacionalizar devido à inexistência de dados disponíveis e *surveys*, porém contribuíram na reflexão e articulação dos argumentos acerca do fenômeno pessedista. Todavia, mesmo dentro das limitações de análise, o que percebemos é um baixo grau de *newness*, ou seja: o PSD é uma organização partidária nova no sentido de possuir registro oficial recente, entretanto não reflete estruturas ou mudanças programático-ideológicas inovadoras em relação aos antigos partidos.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique H. de. Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 1988. p 5-33.

AE (Agência Estado). Kassab: PSD não será 'nem esquerda, direita ou centro'. **Estadão.com.br**, São Paulo, 29 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,kassab-psd-nao-sera-nem-esquerda-direita-ou-centro,698756,0.htm>>. Acesso: 28 nov. 2013.

BARNEA, S.; RAHAT, G. 'Out with the old, in with the "new"': What constitutes a new party? **Party Politics**, London, v. 17, n. 3, 2010. p. 303-320.

BOLLEYER, Nicole. New party organization in Western Europe: Of party hierarchies, stratarchies and federations. **Party Politics**, Vol.18, n.3, p.315-336, ma. 2012.

BOLIN, Niklas. **New party entrance — Analyzing the impact of political institutions**. Umeå: Umeå University, 29 May 2007. (Umeå Working Papers on Political Science, no. 2).

_____. **How new parties shape their own fate: an actor-centered framework for analysis**. Trabalho apresentado na 3rd ECPR Graduate Conference, Dublin City University, Dublin, 30 Aug. to 1 Sep., 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Bancada dos partidos**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/Deputado/bancada.asp>>. Acesso: 28 nov. 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 9.096, de 19 de setembro de 1995**. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19096.htm>. Acesso: 28 nov. 2013.

_____. **Emenda Constitucional Nº 52, de 8 de março de 2006**. Dá nova redação ao § 1º do art. 17 da Constituição Federal para disciplinar as coligações eleitorais. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc52.htm#art1>. Acesso: 28 nov. 2013.

_____. **Lei Nº 11.495, de 21 de março de 2007**. Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para estabelecimento do critério de distribuição do Fundo Partidário. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Lei/L11459.htm#art1>. Acesso: 28 nov. 2013.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1995.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.

HARMEL, R.; ROBERTSON, J. D. Formation and Success of New Parties A Cross-National Analysis. **International Political Science Review**, [S.l.], v. 6, n. 4, Oct. 1985. p. 501-523.

JANDA, Kenneth. **Political Parties: A Cross-National Survey**. London: Free Press, 1980.

KASSAB lança PSD e faz ato em SP para coletar assinaturas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 de março de 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/891692-kassab-lanca-psd-e-faz-ato-em-sp-para-coletar-assinaturas.shtml>>. Acesso: 28 nov. 2013.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, London, v. 1, n. 1, Jan., 1995. p. 5-28.

KESTLER, Thomas; KRAUSE, Silvana; LUCCA, Juan Bautista. Los Break-in parties en América Latina: ¿éxito o fracaso? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, mai-ago, 2013.

KIRCHHEIMER, O. The Transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, Joseph (Ed.); WEINER, Myron (Ed.). **Political Parties and political Development**. Princeton: Princeton University Press, 1972. p. 177-200. (Studies in Political Development 6).

KRAUSE, S.; GERARDI, Dirceu André. **A Formação do PSD: Quando o Executivo é o Motor Organizativo**. Trabalho apresentado no 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Gramado, 1 a 4 de ago. de 2012.

LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. The Origin and Development of Political Parties. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. **Political Parties and Political Development**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1972. p. 3-42.

LAVAREDA, José Antônio. O Partido da Frente Liberal: o dissenso dos governadores pedessistas nordestinos e a busca de uma nova imagem. In: FALCÃO NETO, J. **Nordeste: eleições**. Recife: Massangana, 1985.

_____. José Antônio. **A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Rio Fundo.: IUPERJ, 1991.

LIMA, Daniela. Kassab apresenta Afif como pré-candidato à prefeitura. **Folha de São**

Paulo, São Paulo, terça-feira, 22 de março de 2011a. p. A10. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/03/22/2/>>. Acesso: 28 nov. 2013.

_____. 'PSD vai crescer com alianças', diz Afif. **Folha de São Paulo**, São Paulo, quinta-feira, 29 de set. de 2011b. p. A11. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/09/29/2/>>. Acesso: 28 nov. 2013.

LIMA, Daniela; SADI, Andréia. Meirelles se filia ao PSD e vira opção de Kassab para SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, sábado, 8 de out. de 2011. p. A10. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/10/08/2/>>. Acesso: 28 nov. 2013.

MAGALHÃES, Vera; NERY, Natuza. Partido de Kassab tem viés pró-Dilma em 12 Estados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, domingo, 8 de maio de 2011. p. A4. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/05/08/2/>>. Acesso: 28 nov. 2013.

MAIR, Peter. Party Organizations: From Civil Society to The State. In: KATZ, Richard S. (Ed.); MAIR, Peter (Ed.). **How parties organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Europe**. Londres: SAGE Publications, 1994.

MIRAGLIOTTA, Narelle. From local to national: Explaining the formation of the Australian Green Party. **Party Politics**, v. 18, n. 3, May 2012. p. 409-425.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERES, Paulo Sérgio. Revisitando a Teoria Geral dos Partidos de Maurice Duverger. **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 68, 2009. p. 70-92.

PSD. Princípios e Valores. **Partido Social Democrático**, [S.l.], 2011a. Disponível em: <<http://www.psd.org.br/principios-e-valores/>>. Acesso: 28 nov. 2013.

_____. Estatuto. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 3, nº 73, sexta-feira, 15 de abril de 2011b. p. 154-157. Disponível em: <<http://www.psd.org.br/wp-content/themes/twentyten/images/pdf/TSE-estatuto-psd.pdf>>. Acesso: 28 nov. 2013.

_____. Eleições 2012. **Partido Social Democrático**, [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.psd.org.br/eleicoes2012/>>. Acesso: 28 nov. 2013.

_____. As Diretrizes Iniciais do PSD. **Partido Social Democrático**, [S.l.], 2013a. Disponível em: <<http://www.psd.org.br/as-diretrizes-iniciais-do-psd/>>. Acesso: 28 nov. 2013.

_____. Linha do tempo do PSD. **Partido Social Democrático**, [S.l.], 2013b. Disponível

em: <<http://www.psd.org.br/linha-do-tempo/>>. Acesso: 28 nov. 2013.

RENNÓ, Lúcio. Reforma Política: Consensos necessários e improváveis. In: MELO, Carlos Ranulfo (Org.); SÁEZ, Manuel Alcántara (Org.). **A Democracia Brasileira: Balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007. p. 423-452.

RIBEIRO, Ricardo Mendes. **Decadência longe do poder**: refundação e crise do PFL. Trabalho apresentado no II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, Mesa Eleições e Partidos Políticos. São Paulo, 2012.

RIBEIRO, Ricardo Mendes; SIMONI JUNIOR, S. **O surgimento do PSD e o sistema partidário brasileiro**. Trabalho apresentado no III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política. Curitiba, 2013.

RODRIGUES, Fernando. 'É natural apoiar reeleição de Dilma', afirma Kassab. **Folha de São Paulo**, São Paulo, quinta-feira, 29 de set. de 2011. p. A10. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/09/29/2/>>. Acesso: 28 nov. 2013.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, no. 49, 2002. p. 71-92.

SIKK, Allan. Newness as a winning formula for new political parties. **Party Politics**, London, v. 18, n. 4, 2012. p. 465-486.

SOARES, Gláucio. **A Democracia Interrompida**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil: 1930 a 1964**. 2. ed. São Paulo: Alfa-omega, 1983.

TAROUCO, Gabriela da Silva. **O Partido da Frente Liberal: Trajetória e Papel no Sistema Político**. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1999.

TSE (Tribunal Superior Eleitoral). **Resolução N° 22.610**. Relator: Ministro Cezar Peluso. Brasília, 25 de out. de 2007. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/internet/partidos/fidelidade_partidaria/res22610.pdf>. Acesso: 28 nov. 2013.

_____. **Acórdão sobre a Petição nº 1747-93.2011.6.00.0000**. Redator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, 29 de junho de 2012. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/sadJudInteiroTeor/pesquisa/actionGetBinary.do?tribunal=TSE&processoNumero=174793&processoClasse=PET&decisaoData=20120629&decisaoNumero=&noCache=0.5756826188589499>>. Acesso: 28 nov. 2013.

WEBER, Max. A Política como Vocação. In: _____. **Três Tipos de Poder e outros**

Escritos. Lisboa: Tribuna da História, 2005. p. 63-116.

WILLEY, Joseph. Institutional arrangements and the success of new parties in old democracies. **Political Studies**, [S.l.], v. 46, n. 3, 1998. p. 651-668.